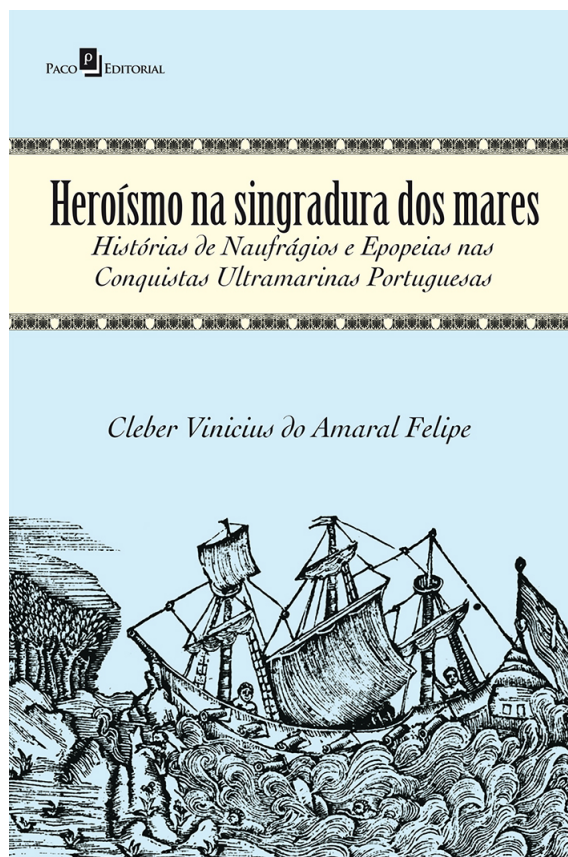


Itinerários da conquista: a história trágico-marítima de Portugal (séculos XVI-XVIII)



Cleber Vinicius do Amaral Felipe

Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).
cleber.ufu@gmail.com

Itinerários da conquista: a história trágico-marítima de Portugal (séculos XVI-XVIII)

Conquest itineraries: Portugal tragic-maritime history (XVI-XVIII centuries)

Cleber Vinicius do Amaral Felipe

FELIPE, Cleber Vinicius do Amaral. *Heroísmo na singradura dos mares: histórias de naufrágios e epopeias nas conquistas ultramarinas portuguesas*. São Paulo: Paco (no prelo).



Este é um livro sobre as representações do súdito português em práticas letradas que retratam, dentre outras coisas, as travessias marítimas, suas dificuldades e desdobramentos na época das grandes navegações. Optou-se pela análise detida de dois objetos textuais: *Os lusíadas* (1572), de Camões, e a coletânea de relatos de naufrágio intitulada *História trágico-marítima* (1735-1736), de Bernardo Gomes de Brito. Pelo estilo que cada gênero adota, não é de se estranhar que a epopeia seja comumente associada à glorificação de Portugal e os relatos de naufrágio à sua ruína. Essa polarização, no entanto, impede o leitor de perceber alguns nexos entre as narrativas e torna aceitável a adoção de terminologias anacrônicas, utilizadas para caracterizar e diferenciar as “literaturas” produzidas entre os séculos XVI e XVIII, tais como: “oficial”, “marginal”, “eufórica”, “disfórica”, “positiva”, “negativa”, “crítica”, “acrítica”, “imperial”, “anti-imperial”, “fictícia”, “realista”, “triumfalista”, “pessimista”, “glorificante”, “decadentista”, “conformista”, “reacionária”, “renascentista”, “maneirista”, “barroca”, dentre outras. Alguns desses conceitos afirmam um suposto posicionamento ideológico ou político; outros buscam precisar as intenções e inclinações do “autor” e/ou o teor de suas palavras; uns poucos nomeiam a “estética” à qual os textos supostamente estariam filiados. O problema não é a adoção desses termos, mas a naturalização de conceitos posteriores aos objetos que pretendem categorizar. O próprio termo literatura é problemático, pois significa, nesse caso, erudição, ciência, “notícia das boas letras”. O letrado, portanto, seria um homem “de grande literatura”, isto é, douto, discreto, versado nas letras, e não o responsável por um registro ficcional dotado de autonomia estética, o que já suporia a existência de Hegel, de Kant etc.

Uma boa estratégia para evitar mal-entendidos seria analisar as fontes mencionadas a partir de seus códigos linguísticos, ou seja, levar em consideração o presente de sua enunciação. A epopeia e a história propõem tópicos de invenção, partes da disposição e figuras de elocução em conformidade com a verossimilhança e decoro próprios, propondo um estilo conveniente à matéria tratada. Além disso, a finalidade nuclear da história é proporcionar instrução; da epopeia, por outro lado, é o deleite. Um estudo com esse perfil deve levar a sério as ponderações que Alcir Pécora faz na introdução do livro *Máquina de gêneros*, ao chamar nossa atenção para a necessidade de se estudar a tradição dos gêneros aos quais os textos dos séculos XVI-XVIII se vinculam, ou seja, perscrutar as convenções ou arti-

fícios retórico-poéticos comuns aos gêneros em questão. Tal preocupação é relativa à necessidade de se entender as tópicas discursivas como instrumentos de adequação do texto à audiência, gerando efeitos específicos, determinados historicamente. Trata-se de evitar qualquer possibilidade de naturalizar os conceitos e lugares comuns, pois, apesar das possíveis semelhanças, há uma grande variedade de recursos utilizados, de efeitos produzidos, o que nos leva a insistir na dimensão histórica do discurso. Pécora propôs três questões: inicialmente, reconheceu a importância da invenção textual e de seus procedimentos genéricos para, em seguida, postular a irreducibilidade do contexto a algo exclusivamente externo aos textos ou aos *constructos* históricos. Em seguida, o autor afirmou que, para ler bem os efeitos propiciados pelos textos, é preciso considerar as marcas temporais que os definem, ou seja, apreender os verossímeis textuais como produtos históricos.¹

Para ler historicamente *Os lusíadas* e a *História trágico-marítima*, o leitor deveria dominar vários repertórios de informação: a instituição retórica (preceituada por Aristóteles, Cícero, Quintiliano), a tradição do gênero épico (desenvolvida por Aristóteles, Horácio, Longino), informações históricas (fornecidas por João de Barros, Fernão Lopez de Castanheda, Pero de Magalhães Gandavo, Diogo do Couto), referências poéticas (retiradas de Homero, Virgílio, Horácio, Boiardo, Ariosto), mitológicas (aludidas por Hesíodo, Ovídio), filosóficas (apresentadas por Platão, Sêneca, Estrabão, Macróbio), éticas (catalogadas por Aristóteles, Tomás de Aquino), cristãs (escritas por S. Basílio, S. Gregório, S. Paulo, S. Dionísio Areopagita). Além disso, é recomendável o conhecimento de cartas náuticas, de conceitos próprios da marinhagem, de expressões latinas, de categorias astrológicas e de tratados de geografia. Mesmo supondo a possibilidade de fazer todas estas leituras e refazer as escolhas de poetas e narradores dos séculos XVI-XVIII, não resta dúvida de que esse procedimento é sempre parcial e provisório, pois discorrer sobre um mundo extinto significa admitir a impossibilidade de reconstitui-lo em sua completude. Logo, refazer os passos dos homens de outrora não significa ressuscitar suas intenções ou vontades, mas repor suas escolhas narrativas, levantar hipóteses sobre seus encadeamentos e propor uma forma verossímil de concebê-las. Por outras palavras, admite-se a possibilidade de conhecer os códigos linguísticos e as circunstâncias de sua produção sem, no entanto, desconsiderar a enorme distância espaço-temporal que nos separa desse mundo que não mais existe a não ser pelas ruínas que atravessaram os séculos para chegar até nós.

O primeiro capítulo volta-se para a epopeia lusíada e originou-se da seguinte inquietação: haveria, de fato, um Camões “repartido em pedaços”², ou seja, um poeta envolvido por uma forte “ideologia cavaleiresca”, pautada nos costumes medievais, e inclinado ao “humanismo”, o que justificaria, por exemplo, a adoção do plano mitológico? Há algo que prejudique a unidade de seu poema, tornando-o desarmônico ou contraditório? Nosso intuito, portanto, é compreender características fundamentais de seu poema, oferecendo ao leitor uma espécie de ponto de partida ou de introdução à leitura d’*Os lusíadas*.

O capítulo seguinte é fruto de outro conjunto de incômodos, decorrente da leitura de alguns trabalhos sobre a *História trágico-marítima*. Poder-se-ia resumi-los utilizando o verbete sobre essa coletânea escrito por José Cândido de Oliveira Martins. De início, o autor discorre sobre o gênero ao qual se afinam os relatos de naufrágio, entendendo-o como um misto

¹ Ver PÉCORA, Alcir. *Máquina de gêneros*: novamente descoberta e aplicada a Castiglione, Della Casa, Nóbrega, Camões, Vieira, La Rochefocauld, Gonzaga, Silva Alvarenga e Bocage. São Paulo: Edusp, 2001.

² SARAIVA, António José. *Luís de Camões*: estudo e antologia. Lisboa: Bertrand, 1980, p. 166.

³ Ver LANCIANI, Giulia. *Os relatos de naufrágios na literatura portuguesa dos séculos XVI e XVII*. Portugal: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979, e MADEIRA, A. *Livro dos naufrágios: ensaio sobre a história trágico-marítima*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

⁴ Ver CUSTÓDIO, Pedro Balau. *A história trágico-marítima: do herói ao anti-herói*. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 1992.

⁵ Ver IDEIAS, José António Costa. *A relação de viagem e naufrágio da nau “São Paulo”, de Henrique Dias*. Consagração martirológica e libelo acusatório. In: SEIXO, Maria Alzira e CARVALHO, Alberto (orgs.). *A história trágico-marítima: análises e perspectivas*. Lisboa: Cosmos, 1996, e ZURBACH, Christine. *História e ficção nos relatos de naufrágio: o caso da “Relação da muy notavel perda do Galeão Grande São João”*. In: SEIXO, Maria Alzira e CARVALHO, Alberto, *op. cit.*

de “crônica” e “reportagem jornalística”, de enorme circulação pela sua “vivacidade” e “dramatismo”. Integrante da “literatura de viagens”, esse gênero, marginal em relação ao “sistema literário instituído” e eivado por “uma mundividência maneirista ou mesmo barroca”, apresentar-se-ia como contrário à “ideologia das descobertas”. Citando Antonio Tabucchi, Martins afirma que a *História* britânica seria, por excelência, a “antiepopéia das descobertas”, o reverso da medalha das gestas heroicas dos portugueses. A visão crítica e antiépica dessas narrativas, portanto, aparece como reação à decadência que assolava Portugal e como fundamento de uma “literatura anti-heroica e anti-imperial”. Vislumbra-se, portanto, uma “retórica da decadência”, de tom mais realista, escuro e trágico, contraparte de uma “retórica historiográfica ou ideológica”, vertente “acrítica” de exaltação do empreendimento português.

É possível distinguir, em geral, três posturas recorrentes no que se refere aos estudos da *História trágico-marítima*: uma delas concebe-a como sendo um gênero novo, noticioso, marginal, híbrido, escrito com maior “liberdade” em relação aos protocolos retóricos se comparado aos gêneros “canônicos”³; outra costuma associar os relatos de naufrágio à estética maneirista ou barroca para justificar a presença de uma “retórica da decadência”⁴; a última destaca seu teor “disfórico” e apreende os relatos como sendo a contraparte “realista” da fantasiosa “euforia” épica.⁵ Sendo assim, os relatos de naufrágio são analisados (1) a partir de um suposto “realismo” e de um compromisso em noticiar sem o uso de artifícios retóricos, (2) através de categorias românticas que supõem termos anacrônicos como “estética”, “trauma”, “decadência”, e (3) como gênero “crítico” e, por extensão, antiépico, por supostamente ferir ou reagir à “ideologia” portuguesa tão bem empregada na epopeia lusíada e na historiografia de João de Barros, por exemplo. Parece-nos que esses três procedimentos partem de três equívocos: o primeiro de um conceito tortuoso de retórica e de uma leitura anacrônica do gênero histórico; o segundo busca filiar os exemplares desse gênero a movimentos literários do século XIX, como se fosse possível “ajustar” suas particularidades às teorizações românticas e psicologistas que supõem a naturalidade de categorias como “literatura”, “estética”, “pessimismo”; o último utiliza pares de conceito como “euforia/disforia”, “épico/antiépico”, “crítico/acrítico”, pressupondo uma dicotomia (uma literatura “oficial” e outra “marginal”) que dificilmente acomodaria a diversidade dos gêneros retóricos.

Como é muito frequente a leitura que associa os relatos de naufrágio a uma literatura anti-imperialista e realista, devido ao seu caráter “dramático” e “vivaz”, resolvemos analisar, no terceiro capítulo, a maneira como as “Lágrimas de Portugal” foram entendidas à época das grandes navegações e a forma como elas são retratadas nessas práticas letradas. Estudamos, por exemplo, a forma como as tempestades eram representadas em diferentes literaturas, demonstrando como alguns lugares-comuns circularam entre elas. Investigamos, ainda, a figura do Adamastor e o seu papel na epopeia de Camões. Com isso, demonstrou-se que muito daquilo que foi lido como “realismo”, “trauma” ou “pessimismo” baseia-se em convenções antigas que integram o costume (ou tradição).

Os dois capítulos finais são os que, de fato, aproximam *Os Lusíadas* e a *História trágico-marítima*, demonstrando como esses objetos textuais representam um modelo (ou *éthos*) de súdito português e, em consequência, sugerem uma forma correta de agir no que se refere à empresa ultramari-

na. Chamamos de “retórica prudencial” o propósito comum que permite a associação entre os gêneros estudados: trata-se da promoção de uma forma de agir baseada nos princípios reinóis e na ética católica. O capítulo quarto detém-se, sobretudo, na virtude da prudência, e demonstra, por exemplo, como o elogio à fidelidade e à obediência e a censura à cobiça e ao engano obedecem a essa lógica de orientação do súdito português. O último capítulo, voltado para a virtude teologal da caridade, propõe o bem comum e o amor como orientações necessárias à ação prudente. Os dois capítulos são, portanto, complementares, já que se ocupam dos meios e dos fins convenientes à consecução da retórica prudencial.

Longe de se limitar aos capítulos finais, parece-nos que a retórica prudencial também se encontra nos primeiros capítulos, com a iniciativa dos letrados, que escrevem justamente para orientar o leitor e, simultaneamente, servir ao rei. Supõe-se, assim, que eles dominam aquilo que suas narrativas propõem, assumindo o papel de homens discretos da corte. A experiência trágica só poderia fazer sentido, neste caso, levando-se em consideração esse projeto de orientação do súdito português e a concepção providencialista de história, através da qual os homens que faziam boas escolhas eram recompensados pela intervenção divina. Logo, através do reto agir (prudência) e movido pelo amor a Deus (caridade), o homem poderia desempenhar seu papel de maneira a tornar-se exemplo para os pósteros.

Muitas vezes concebido como manifestação do trágico, o discurso do Velho do Restelo é um *topos* da prudência antiga, desafiada e inaceitável para os portugueses. Não há presença de uma personagem similar na *Ilíada*, na *Odisseia* ou na *Eneida*, pois sua fala, mais do que reminiscência, é a essência da épica antiga. Se há semelhanças entre as tempestades de Homero, Virgílio e Camões, o propósito ao qual elas servem são diversos: a viagem do grego é uma forma de restauração da ordem; a do português é a instauração de uma ordem nova. A prudência antiga pode ser representada pela sabedoria que Sêneca felicita na atitude de Lucílio, na sua 2ª epístola: “não corras o mundo nem te inquietes com mudanças de lugar. Tal agitação é própria de um ânimo enfermo. A primeira prova de uma mente bem composta é, a meu ver, poder conter-se e residir em si”.⁶ O que outrora caracterizava um “ânimo enfermo”, a *hybris*, deixou de sê-lo para os portugueses, empenhados como estavam em conquistar novas terras e ampliar a fé cristã.

A relação entre a virtude ético-política da prudência e a virtude teologal da caridade parece ser uma chave de compreensão da *inventio* dos súditos portugueses nas práticas letradas estudadas, pois supõe, simultaneamente, a “política do céu” e a “política das obras”, isto é, a presença de Deus na história e a existência de homens capazes de obrar conforme Sua vontade. A prudência, que incita o homem a agir de forma comedida, modera as paixões; a caridade, vínculo baseado no amor verdadeiro, leva o homem a obrar conforme os desígnios da Providência.

Texto recebido e aprovado em dezembro de 2018.

⁶ SÊNECA, Lúcio Aneu. Da tranquilidade da alma. *In: Os pensadores*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985, p. 5.